

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.326.764 - SP (2018/0175231-1)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : JOSE FERNANDO AZEVEDO BRETANHA
AGRAVANTE : CONSTRUTORA HUDSON LTDA
ADVOGADOS : RODRIGO JOSÉ DE PAULA MARENCO - SP166612
RAFAEL SANGIOVANNI COLLESI - SP169071
AGRAVADO : BANCO SAFRA S A
ADVOGADOS : MARIA RITA SOBRAL GUZZO - SP142246
PAULO CESAR GUZZO E OUTRO(S) - SP192487

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL (CPC/2015). AGRAVO DE INSTRUMENTO EM EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. NECESSIDADE DE PROVA RECONHECIDA PELA CORTE ESTADUAL. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. CONHEÇO DO AGRAVO PARA, DESDE LOGO, CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESTA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por JOSE FERNANDO AZEVEDO BRETANHA e CONSTRUTORA HUDSON LTDA contra inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ fl. 99):

AGRAVO DE INSTRUMENTO EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE EXECUÇÃO DE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Alegação de inexistência do título e nulidade da execução Decisão que não conheceu da exceção de pré-executividade. Pretensão de reforma.

INADMISSIBILIDADE: Matéria que deve ser suscitada em sede de embargos à execução, com fundamento no artigo 917 do novo CPC. Necessidade de dilação probatória para comprovação dos fatos alegados no incidente. Decisão mantida.

Superior Tribunal de Justiça

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 111-115).

Nas razões de seu recurso especial, a parte recorrente sustenta vulneração aos arts. 1.022, I e II do Código de Processo Civil, pois não declarou de ofício a nulidade apontada pelo recorrente. Assevera violados os arts. 887 do Código Civil Brasileiro; e 168, parágrafo único, do Código Civil, pois o recorrido confessou que os recursos provenientes da cédula executada foram destinados à conta corrente distinta da contratada, para finalidade outra que não a prevista no título e que o crédito fora utilizado para amortizar dívida anterior, o que ocorreu sem qualquer previsão cedular. Sustenta que a declaração de finalidade contida na título não é verdadeira, concluindo ser inequívoca a simulação.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 132-145).

É o relatório. Passo a decidir.

A irresignação não merece prosperar.

Inicialmente, verifico que não há nulidade por omissão, tampouco negativa de prestação jurisdicional, no acórdão que decide de modo integral e com fundamentação suficiente a controvérsia. O Tribunal de origem, no caso, julgou com fundamentação suficiente a matéria devolvida à sua apreciação.

Com efeito, não obstante a recorrente alegue negativa de prestação jurisdicional, verifico que o Tribunal de origem assim se manifestou a respeito (e-STJ fls. 100-101, grifei):

Não se verifica de forma inequívoca a alegada falta de certeza e exigibilidade do título executivo.

Ao contrário, a matéria demanda dilação probatória para a verificação dos fatos alegados pelos agravantes, o que extrapola a via estreita da exceção de pré-executividade.

Por outro lado, o artigo 917 do novo CPC estabelece que:

“Art. 917. Nos embargos à execução, o executado poderá alegar:

I inexecutabilidade do título ou inexigibilidade da obrigação;

II - penhora incorreta ou avaliação errônea;

III - excesso de execução ou cumulação indevida de execuções;

IV - retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de execução para entrega de coisa certa;

V incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução;

VI qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa em

Superior Tribunal de Justiça

processo de conhecimento.” (grifo nosso).

Logo, a matéria deve ser suscitada em embargos à execução, que é o meio processual adequado à discussão da questão.

A análise do pedido demanda dilação probatória, especialmente considerando que, embora o agravante tenha dito que nenhum empréstimo foi realizado, o documento de fl. 68 demonstra que o crédito foi disponibilizado à Construtora executada.

Eventual inexistência da operação por simulação necessita de análise aprofundada de outras provas e maior campo cognitivo, o que não é compatível com a exceção de pré-executividade.

Por fim, o fato de o crédito ter sido destinado à finalidade diversa, por si só, não implica em nulidade da cédula de crédito bancário, especialmente considerando indícios de que o crédito tenha sido entregue aos executados.

Como se vê, a negativa de prestação jurisdicional não restou configurada.

O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à pretensão da parte não caracteriza falta de prestação jurisdicional.

Por outro lado, a fundamentação adotada no acórdão é suficiente para respaldar a conclusão alcançada.

Vale lembrar que, mesmo à luz do art. 489 do CPC, o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todo e qualquer ponto suscitado pela parte, mas apenas sobre aqueles capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo órgão julgador.

Assim, inexistente violação ao art. 1.022, I e II, do CPC.

Por outro lado, elidir as conclusões do aresto impugnado quanto à necessidade de dilação probatória profunda com relação à alegada nulidade do título em decorrência de uma suposta simulação demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial a teor da Súmula 7/STJ. Destarte, inviável a pretensão da recorrente.

Ressalto que tal óbice aplica-se tanto para a interposição do recurso com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, quanto para a interposição com base em divergência jurisprudencial.

Superior Tribunal de Justiça

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

Ante o exposto, conheço do agravo para, desde logo, conhecer parcialmente do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

